

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 224.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 24 de novembro de 1971 - (Quarta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Junior, Santos Lima, Wilson Brandão, Quielse Crisóstomo e Xenofonte Villanueva. (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

— De autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto n.º 159-67.

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando dispensa de publicação de Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 246-71 e 244-71.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por (duas) 2 sessões do Projeto de Lei n.º 258-71.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1971.

(a) — João Mansur

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares REQUER, na forma regimental, se officie ao Exmo. Sr. Governador

dor Pedro Parigot de Souza solicitando urgentes providências, a fim de socorrer o Município de Mamborê, que perdeu seu maior prédio escolar após violento incêndio que tudo destruiu.

No prédio sinistrado funcionava: — Escola Normal, Ginásio, Inspetoria Municipal de Ensino e Bibliotecas Municipal e da Escola Normal.

As chammas que se iniciaram na madrugada do dia 21 do corrente mês, cerca das 2 horas, destruíram totalmente o prédio, com todos os móveis e utensílios ali existentes.

Atendendo apêlo que nos foram formulados pelos Senhores Prefeito Municipal, Senhor Ernesto Carlos Look, Câmara dos Vereadores, Professores, e também do povo, formulamos o presente Requerimento e contamos como certas as providências que naturalmente serão tomadas pelo Exmo. Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1971.

(a) — Paulo Poli

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e ao Exmo. Sr. General Comandante da 5.ª Região Militar, expediente consignando a satisfação desta Assembléia Legislativa pela posse no cargo de Governador do Estado do Paraná do Professor Pedro Viriato Parigot de Souza.

Requer-se, outrossim, seja do presente expediente dado conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, ofício, encarecendo novamente a premente necessidade e conveniência da Rodovia "Contorno Sul de Curitiba", numa extensão de 30 Kms, partindo da localidade "Ferreira", Município de Campo Largo, com início na estrada do Café, cortando a BR-116, nas imediações da localidade "Pinheirinho" — BR-101, próximo ao Aeroporto Afonso Pena — PR-277, nas imediações do Guatupê, cruzando ao norte dos Municípios de Piraquara e Quatro Barras, ligando novamente à BR-116 além do último Município citado.

Pretende-se com essa estrada o total desafogo do trânsito da Capital e feriféria. Sabe-se da necessidade da estrada pelo elevado índice de acidentes que diariamente se verifica nas transversais e na própria BR-116. Com a construção dessa Rodovia, desviando-se o centro da Cidade, o movimento de veículos, calculado em 2.000 ao dia, provenientes das diversas regiões do Estado e de Estados fronteiriços, seria desafogado, com maior margem de segurança e viria, por certo, tranquilizar os habitantes da Capital paranaense e trazer desenvolvimento Social e Econômico nas regiões abrangidas pela referida Rodovia.

Acredito, assim, ser ouvido este nosso apêlo, para isso contando com o apoio de nossos Pares e com o alto espírito humano e público de que é dotado Sua Excelência o Ministro Mário Andreazza.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1971.

(a) — Leopoldo Jacomet

**PROJETOS DE LEI:**

**PROJETO DE LEI N. 281-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Circunscrição de Trânsito, com sede no Município de Jandaia do Sul e com jurisdição, além do Município sede, nos de Bom Sucesso; São Pedro do Ivaí; Marumbi; Kaloré; Cambira; Borrazópolis e São João do Ivaí.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1971.

(a) — **Gilberto Carvalho**

**JUSTIFICATIVA:**

O grande número de veículos a motor existentes na região compreendida pelos Municípios citados, está a exigir a criação de uma Circunscrição de Trânsito capaz de satisfazer os reclamos de sua população. O objetivo da presente Proposição, pois, é dar condições de maior facilidade aos proprietários de auto-motores para satisfazerem as exigências legais, sem que para isso tenham que dispendir maior tempo e dinheiro.

Em face de tais circunstâncias, apresentamos esta iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoioamento e aprovação final.

**PROJETO DE LEI N. 282-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a denominar Acyr Hafez José, um dos Grupos Escolares da Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1971.

(a) — **Maurício Fruet**

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se o presente Plano de Lei, pelo fato de ser o nome de Acyr José, já uma legenda na vida política de Curitiba.

A sua morte, prematura, ceifada por mão assassina, deixa uma lacuna difícil de ser preenchida e tolhe uma carreira política promissora, iniciada na Câmara Municipal da Capital do Estado.

O falecido Deputado Acyr Hafez José, nasceu em Curitiba no dia 2 de março de 1934 e foi casado com dona Georgette Cury José, deixando dois filhos menores.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, iniciando sua vida pública como funcionário do Departamento de Estabelecimento Penais do Estado, onde, após seguidas promoções foi guindado ao cargo de Diretor da Prisão Provisória do Ahú.

Em 1964, elegeu-se Vereador, reelegendo-se em 1968, com expressiva votação, a maior dentre os concorrentes. Durante três períodos presidiu a Câmara Municipal de Curitiba, deixando uma fôlha de serviços inimitável.

A sua morte tirou do convívio público, um homem que soube dignificar os cargos que ocupou, constituindo-se um exemplo de trabalho, esforço e sacrifício em prol da coletividade, que deve ser perpetuado pelo povo de Curitiba e do Paraná, servindo de incentivo às futuras gerações interessadas no desenvolvimento de nossa Nação, razão pela qual, confiamos na aprovação do plano em tela.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo):

"Inaugura-se hoje, oficialmente, a nova sede da CABENFALE, Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa. A solenidade deverá quero crer, ser prestigiada com a presença dos funcionários dêste Poder e dos Srs. Deputados.

Esta é a oportunidade para dizer-se que a CABENFALE, através de sua Diretoria atual, conduzida pelo Sr. Rubens Padilha Mendes, não tem poupado esforços no sentido de realizar grandes empreendimentos, que redundam em benefício exclusivo do funcionalismo da Assembléia.

Inaugurada há muitos anos atrás, a CABENFALE durante certo período teve seus objetivos desvirtuados, descrendo-se até de suas reais intenções. Imersa da crise, houve por bem dotar-se de formidável Estatuto Interno, no sentido de permitir acesso no seu quadro diretor de todos os funcionários e, o que é mais importante, somente funcionários dêste Poder. Logo após em eleição memorável, com a participação maciça dos servidores dêste Poder, elegeu-se a atual Diretoria, cujo saldo de realizações tem sido o mais positivo. Colocou-se em dia as obrigações da CABENFALE, instituiu-se o sistema de compra a crédito com o concurso de dois super-mercados municipais.

Os imóveis da CABENFALE, alguns abalados seriamente pelas finanças, tiveram seus compromissos acertados e outros ainda em via de liquidação, tudo se realizando na melhor forma de direito.

Realizou também a atual Diretoria o congraçamento dos funcionários dêste Poder através do esporte, realizando várias competições.

Por último, o excelente convênio assinado pela CABENFALE com a Paraná Clínicas, permitindo aos funcionários e dependentes, bem como aos Deputados e seus dependentes, ter a sua disposição um corpo clínico e médico dos melhores do Estado, sem qualquer ônus.

As metas da CABENFALE, além de outras, inclui a criação da Colônia de Férias na Praia, um Club, bem como a facilitação na compra da casa ou apartamento próprio ao servidor legislativo.

Dáí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pretensão de louvarmos a atual direção da CABENFALE no campo social, cultural e recreativo por tudo que tem realizado, propiciando ao funcionalismo do nosso Legislativo oportunidades excelentes em todos os setores do dia a dia.

Hoje, quando se inaugura oficialmente a nova sede da CABENFALE localizada em edifício próprio, de três andares, dotada de amplos salões para servir exclusivamente aos interessados do nosso servidor, nada mais justo, quero crer, nada mais certo que se consigne um voto de louvor na Ata dos trabalhos da presente sessão à atual Direção da CABENFALE.

A Mesa hoje, receberá, com muita honra e os Srs. Deputados haverão de fazê-lo, a vista de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, às 16 horas, para uma visita protocolar.

Após esta visita de S. Exa. o Sr. Governador o expediente será suspenso para que os Srs. Funcionários dêste Poder possam assistir às solenidades que haverão de culminar o ato de inauguração da Sede Própria da nossa Caixa Beneficente da Assembléia Legislativa do Estado.

Era, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que cabia registrar neste momento".

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, primeiro Deputado inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sou um paranaense daqueles que se entusiasma quando vê um confetário brilhando lá fora. Hoje, o fato de encontrar-me na Tribuna é, justamente,

para tecer comentários rápidos em torno de um Projeto apresentado na Câmara Federal por um Deputado que não é do meu Partido, mas o que interessa, acima de tudo, é ser paranaense e acima de tudo, ainda, é a objetividade desse Projeto.

Refiro-me ao Deputado Sílvio Barros que aqui esteve, nesta Assembléia, enaltecendo sempre as lides parlamentares em todos os sentidos e principalmente nas questões sociais e educacionais.

Particpei com S. Exa. das Comissões de Justiça e de Educação e vi com que carinho esse Parlamentar tratava os assuntos aqui debatidos.

O Sr. Deputado Sílvio Barros apresentou, na Câmara Federal, um Projeto de Lei isentando das complicações do Instituto Nacional de Previdência Social todos os trabalhadores menores, de 14 a 18 anos.

A primeira vista, Srs. Deputados, parece não ter grande importância semelhante Projeto. No entanto é preciso atentar para este fato: onde estão as Escolas Técnicas Profissionais espalhadas por todo o mapa da Pátria? Infelizmente, algumas poucas, nas grandes Capitais. Então nós vemos que a grande escola é aquela da prática da vida; a grande universidade é a universidade do trabalho, onde o garoto entra e aprende uma profissão, por que é doloroso observar-se quando um chefe de família do interior, geralmente sem grande instrução, que manda o seu filho estudar e esse filho faz o curso primário de 4 anos, faz o ginásio de 4 anos, faz o curso científico de mais 3 anos, e, ao cabo de 11 anos ele tem três certificados e não é nada na ordem do dia profissional, e fica então um desambientado social, a correr de escritório para escritório, de empresa para empresa a procura de um serviço, e ele não pode dizer o que é, que profissão têm.

Nós vemos na própria Capital, na Cidade-Sorriso, centenas e centenas, talvez milhares de patícios nossos a procura de emprego que não acham; por que não acham? Porque não têm a necessária competência e, ao lado desses milhares de brasileiros que procuram emprego nós vemos — é só pegar o jornal "A GAZETA DO POVO" — 2, 3, 4, 5, páginas pedindo empregados: — "Precisa-se de um contador" — "Precisa-se de um torneiro mecânico" — precisa-se disso, precisa-se daquilo. Na realidade, pergunta-se: por que essas firmas publicam um noticiário tão grande assim, pedindo empregados? Na realidade existe muita gente à procura de emprego; porém, pouca gente com capacidade para desempenhar uma profissão.

Porisso advoguei sempre a necessidade dos garotos irem para o serviço em idade pequena; revolta-me a legislação trabalhista vigente, que proíbe o garoto de menos de 14 anos, de trabalhar, mas não proíbe que o garoto de menos de 14 anos perambule pelas ruas da cidade, a vender loteria a vender quinquilharias, a ficar jogando nas ruas, aprendendo o que não deve, quebrando vidraças. No entanto, por lei, é proibido a ele trabalhar. Após os 14 anos, quando o garoto vai para um serviço qualquer, o patrão já não quer mais recebê-lo porque terá que ensinar e ensinar custa caro, é preciso colocar alguém a ministrar aula que deve ser feito, tem que pagar o salário-mínimo, aí vem o fiscal do INPS e, com o olhar vêsgo olhando apenas o espírito da Lei fria, autua a firma por ter um garoto aprendiz. Aí fica o garoto na rua, por não ter atendimento das leis sociais.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, nossos agradecimentos pelas suas expressões na Tribuna, as referências ao Deputado Sílvio Barros.

O que V. Exa. afirma, é realmente o retrato daquilo que nós presenciamos em Londrina. Para V. Exa. ter uma idéia exata — houve um Juiz de Menores que encetou uma campanha para que as firmas dessem oportunidade aos menores aprenderem uma profissão, e as firmas, motivadas por aquela campanha, começaram a recolher aqueles guris que perambulavam pelas ruas e ensinaram a eles uma profissão. Hoje também em Londrina ocorre esse problema social; as firmas não querem o menor, não querem

aquêle que não tem uma profissão definida, porque algumas firmas estão com problemas, como por exemplo: começaram a ensinar a menores alguma profissão — alguns não se interessaram pela profissão; moral da estória: algumas firmas estão sendo autuadas judicialmente, porque advogados interessados em perceberem os seus honorários estão acionando várias firmas na justiça, para que elas possam indenizar aquêles que foram recolhidos com o objetivo de aprenderem alguma profissão.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Antônio Costa).

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Este é o retrato doloroso no que respeita ao trabalhador menor.

Lembro-me de antigamente, e toda a minha geração deve estar lembrada, quando o pai e a mãe levavam o garoto ainda de calças curtas para aprender uma profissão, e até pagavam uma mensalidade para o alfaiate, para o pedreiro, para o carpinteiro, para o marceneiro, para o mecânico. O pai pagava uma mensalidade para que o filho aprendesse uma profissão numa fábrica, num escritório, numa casa de comércio. Mas hoje isto não ocorre; a vida ficou difícil, é verdade, mas além disso, apesar da boa vontade de certos patrões em pagar uma certa mensalidade a um menor que vai aprender uma profissão, vêm as complicações do INPS, e acaba mandando embora estas crianças que precisavam aprender uma profissão.

E nós vemos, percorrendo as alfaiatarias, que os alfaiates estão desaparecendo; nós vemos, percorrendo as barbearias, que os barbeiros estão difíceis de ser encontrados são improvisados; nós vemos nas oficinas mecânicas, nos torneiros mecânicos, que já não existem mais; estão desaparecendo todos os grandes profissionais. Estão desaparecendo porque falta-lhes a formação profissional, falta-lhes o interesse daquêles que deveriam se preocupar com o destino das crianças que vão arcar com as responsabilidades do País do futuro.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero inicialmente, nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, agradecer a menção que V. Exa. faz a um homem do meu partido, sendo V. Exa. integrante do partido oposto; isto demonstra a grandeza de espírito de V. Exa.

Realmente o Deputado Sílvio Barros está na linha do MDB que é a linha social, tendo em vista o homem, o bem estar da família, o bem estar da sociedade.

Agradeço V. Exa., como professor que é, com a autoridade que tem, conhecendo a fundo os problemas de ensino, o que V. Exa. faz hoje desta Tribuna que o povo lhe deu, é de grande importância. Pena é, ilustre Deputado, que os apêlos, os gritos angustiosos dos homens que sentem o problema, caem no vazio. As autoridades são surdas, têm ouvido os apêlos dramáticos de grandes líderes, tanto na esfera federal quanto aqui na Assembléia e até nas Câmaras de Vereadores, mas as autoridades continuam cometendo erros, e os erros vão se perpetuando.

O Paraná, por exemplo, que V. Exa. citou tão bem; estamos vivendo uma crise terrível em nosso Estado. Não há mão de obra especializada; não se cuida de preparar a mão de obra especializada, não existem escolas, não existem programas.

Sabe V. Exa. que o contingente de jovens, em nosso Estado, só tem uma perspectiva: colocar a mochila nas costas e ir embora para Santa Catarina, para São Paulo, em busca do trabalho em outras áreas. Porque puxar a enxada não oferece perspectiva para a juventude. Assim, ilustre Deputado, me congratulo com o pronunciamento de V. Exa., a medida proposta pelo Deputado Sílvio Barros realmente, tem grande alcance. Vamos ver se conseguimos sensibilizar os homens responsáveis pela educação, para que o povo do Paraná não seja blefado por esta educação superada, por esta educação clássica puramente, em que a lavadeira fica da madrugada até à noite, em que o mecânico faz horas extras para mandar o seu filho para o ginásio e aprender

a colocar uma gravata no pescoço, e aprender a ter vergonha da profissão da mãe, a ter vergonha da profissão do pai. Esta é a realidade do ensino no Paraná.

Assisti no Rio Grande do Sul, na cidade de Caxias, uma escola subvencionada por empresa, em que filhos de advogados aprendiam ali o manêjo do tórno na prancheta, o princípio do desenho mecânico; e hoje aquela é uma das cidades mais industrializadas do Rio Grande do Sul. V. Exa. tem neste ponto todo o nosso apoio e a nossa solidariedade. O ponto de vista de V. Exa. coincide com o nosso. É necessário que se levantem vozes como a de V. Exa. e de outros tantos, pelo Paraná afora, no sentido de se mudar este panorama o quanto antes, para que o Paraná possa atingir um grau de desenvolvimento compatível. O que V. Exa. diz pode parecer estranho a muitos, mas o Estado do Paraná se desindustrializa. Diminuem as indústrias do Paraná em relação às de outros Estados, por falta desta formação a que V. Exa. se refere.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. e quero informar que me refiro à necessidade de uma formação profissional, independente de diploma.

Como professor de Contabilidade Pública sou constantemente chamado por empresários de diversos pontos do Estado que me telefonam e escrevem pedindo que indique um Contador competente. E posso afirmar que é comum, no Interior do Estado, um Contador ganhar três mil cruzeiros. Mais que um advogado, mais que muitos médicos, mais que muitos economistas, mais do que muitos funcionários públicos. No entanto estas firmas se batem, insistem, procuram e não conseguem um Contador habilitado, à altura.

Ainda há pouco havia um anúncio para um Contador de uma firma de Londrina, onde se oferecia o salário mensal de quatro mil cruzeiros. E esse perdurou por dezessete dias, até se encontrar um profissional.

Vemos constantemente editais da Petrobrás, por exemplo, pedindo tratoristas, pedindo mecânicos, pedindo eletricitas e todos ganhando mais que mil cruzeiros. E são inúmeros os que vão fazer o teste na Petrobrás e são reprovados porque não têm competência.

É por isso que me sinto imensamente satisfeito em ver na Câmara Federal um Projeto de Lei dessa natureza apresentado pelo Deputado Sílvio Barros, que permite às firmas admitirem nos quadros de seu funcionalismo, para aprendizado, rapazes até dezoito anos, sem as complicações do INPS, sem as complicações das Leis Trabalhistas para que possam, ao final do aprendizado, se apresentarem com um diploma e não digam apenas "tenho um diploma", mas possam dizer "sou um profissional". Porque a confusão dos verbos "ter" e "ser", leva muita gente à loucura, leva muita gente a pensar que é preferível "ter" do que "ser". Sempre achei que é preferível "ser" e não "ter". Não admito "ter" e não "ser". Há muitos que não são profissionais, apesar de terem diploma.

Porisso propugnamos pelo aprendizado nas Universidades do Trabalho que são as casas comerciais, as indústrias, para que possam ser alguma coisa e contribuir com sua parcela para a grandeza nacional, porque esta se faz com o pouco de cada um. O muito se faz com o pouco de cada um e cada um fazendo bem aquilo que tiver que fazer, nós teremos 90 milhões de brasileiros espalhados por 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados de território bendito, cada um trabalhando em seu setor, com as mangas arregaçadas e com a consciência tranquila do bom profissional, que está realizando um bom trabalho, estaríamos todos unidos e realizando a felicidade e a grandeza da pátria brasileira.

O Sr. Igo Losso. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Quero congratular-me com V. Exa. pelo magnífico discurso que está proferindo e também com o ilustre Deputado Federal pelo Estado do Paraná, Sílvio Bar-

ros, que, como muito bem disse V. Exa., voltou sua atenção para problemas sociais.

Eu, como Deputado, tenho recebido inúmeros menores cujos pais aflitos me dizem que não sabem o que fazer com eles. E se houvesse uma facilidade, se esses meninos pudessem trabalhar, aprender uma profissão, por certo este problema não existiria no seio da família brasileira, e não chegaríamos a esse quadro tristonho e dantesco, como o que observamos nas Delegacias de Menores, com meninos primários na delinquência, e os responsáveis sem saber o que fazer com eles. Porque esses menores não podem trabalhar e ficam lançados ao léu da sorte. E se houvesse essa facilidade, se firmas-se interessassem por esses menores, haveria um mercado de trabalho para eles, como acontece em grandes Nações, em Nações desenvolvidas, onde menores tem facilidade de colocação.

Mas, nobre Deputado, não só nas Delegacia de Menores vemos esses menores desocupados, mas também no centro de Curitiba vemos menores perambulando e quase todos com passagem pela Polícia.

Portanto, é de grande valia esse Projeto e deve merecer nosso apoio, bem como outras iniciativas devem ser estudadas para que esse problema possa ter uma solução favorável, para que tenhamos no futuro, homens de envergadura, homens de moral e não aqueles que nada sabem fazer.

Portanto, congratulo-me com V. Exa., nobre Deputado e com o Deputado que subscreveu esse Projeto. Deus permita que outros surjam no sentido de amenizar este problema.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Disse muito bem V. Exa.: Deus permita que outros surjam.

Porisso, ao deixar esta Tribuna, quero me congratular com o nobre Deputado Sílvio Barros e pedir a Deus que inspire a cada um dos Parlamentares, quer do âmbito federal, estadual e também das Câmaras Municipais, para que, acima de tudo, acima de fofocas políticas, acima de questinúnculas pessoais, acima do desejo de massacrar seus próprios companheiros, até de mesmo Partido muitas vezes, ele pense alto pense que deve respeitar a Deus, Criador de todas as coisas, e que deve trabalhar com entusiasmo pela grandeza da Pátria e pela prosperidade do povo brasileiro.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 230-70, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26-70, que autoriza o Poder Executivo a doar à União, Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, um terreno na forma e como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 227-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 27-71, encaminhando Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1972-1974. Com parecer da Comissão de Orçamento. — Em discussão.



O SR. NIVALDO KRUGER — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Finalmente em 3.ª Discussão e última oportunidade portanto, para apreciarmos o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 72-74.

Ora, Sr. Presidente, neste documento, nesta lei, estão contidos os recursos necessários ou os recursos consignados para os investimentos no setor público da administração estadual.

Quero, nesta oportunidade, consignar o meu ponto de vista que já foi expresso na Comissão, no sentido de que as administrações estaduais alterem esse quadro que, deveria ser melhorado. Os investimentos do Estado, de recursos públicos oriundos do setor tributário, principalmente, poderiam obter uma destinação mais equilibrada, mais equânime.

Sei, que a Comissão da qual faço parte, esforçou-se para realizar o trabalho da melhor forma, o melhor possível no sentido também de colaborar com o Executivo Estadual. Nessa Comissão, o seu Presidente e seu Relator, homens de grande conhecimento, de capacidade, um porque administrou uma autarquia com acerto, outro, já Deputado experiente, procurou orientar os trabalhos da Comissão da melhor maneira possível. Entretanto, desejo chamar a atenção dos Srs. Deputados para alguns aspectos interessantes desse Projeto.

Os investimentos gerais para o triênio montam em Cr\$ 1.270.468.864,00 cruzeiros. A administração financeira absorve a maior parcela, 331 milhões de cruzeiros, portanto mais de 20% dos investimentos do Estado.

O Governo e Administração Geral absorvem 35 milhões;

A Defesa e Segurança, 10 milhões;

Os recursos naturais, agro-pecuária, compreendendo todas as autarquias e órgãos que atuam neste campo, 15,8 milhões.

Portanto, vemos que é menos que a Administração Financeira Geral. A Indústria e o Comércio, somente 2 milhões, o que vem a dar, talvez, nem 2% de todos os investimentos gerais relativamente a programação para o triênio.

Quem me parecer que o Estado devesse, necessária e indispensavelmente, investir mais neste campo, especialmente no preparo da mão de obra especializada que permite o desenvolvimento das atividades industriais.

Parece-me que a Secretaria da Indústria e Comércio não foi ainda instalada e consequentemente não está funcionando.

Educação e Cultura

38 mil;

Saúde

75 mil;

Bem Estar Social

29 mil;

Serviços Internos

12 mil.

Saúde e Bem Estar Social têm duas consignações que são inferiores ao que o Paraná paga, hoje em juros.

O Bem Estar Social, a nosso ver, merece uma atenção especial, principalmente quando vemos aqui, às portas da Assembléia, indigentes vindos de todo o Estado. Isto vem provar que há deficiência de recursos para este setor e demonstra que as entidades localizadas nos Municípios não tem condições para atender a demanda, a necessidade e a procura.

Com recursos desta natureza fica o Estado sem meios para dar atendimento ao grande problema do Bem Estar Social.

Vemos aqui a Divisão dos Recursos. Recursos Orçamentários; Próprios e outros Recursos.

Relativamente aos Recursos Externos a participação é aproximadamente de 0,9%; e a grande participação é dos recursos orçamentários oriundos da Receita Tributária do Estado.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não queria interromper a análise que V. Exa. vem fazendo a respeito da Proposta Orçamentária, porquanto em outra oportunidade debati os mesmos

pontos esposados por V. Exa. na tarde de hoje, com os quais não concordei.

No encaminhamento da votação iria tecer comentários em torno da Mensagem que o ex-Governador enviou a esta Casa referente a Proposta Orçamentária.

Como sou daqueles homens que costuma fazer oposição quando o inimigo político está no Poder, na plenitude e no gozo do que o poder lhe confere, mas tão logo esse homem caia, perca essa força, para mim é uma página virada.

Hoje, no Paraná, Haroldo Leon Peres, par anim, repito, é uma página virada. Não vou entrar no mérito da sua substituição na Chefia do Executivo Paranaense, porque a matéria é de alta indagação e somente ao Poder Revolucionário compete penetrar nos meandros do que houve ou do que não houve na Administração do Estado. Mas, iria discutir na oportunidade a Proposta Orçamentária, principalmente no que diz respeito ao Parecer do Excelentíssimo Deputado Francisco Borsari Neto, Relator da matéria; S. Exa. enfatizou e com muito realce, que o Governo de Haroldo Leon Peres buscava a verdade orçamentária — mais uma forma de se agradar os poderosos. Não se buscou verdade orçamentária coisa nenhuma, o que se procurou nessa proposta, estimando a Receita muito aquém do que ela realmente será arrecadada no exercício de 1972, que o simples crescimento vegetativo da Receita nos leva a estimá-la em muito mais do que o fez o Sr. Governador do Estado. Foi a facilidade que lhe assegura a Lei n.º 4320, de 17 de março de 1964, bem como as autorizações contidas na Lei n.º 4320 e no Decreto 200, que autorizam “a priori” e antecipadamente a suplementação de excesso de Receita, que nós alertamos nesta Casa, quando se criou a Fundação de Assistência aos Municípios e que se dotava aquela Fundação de recursos orçamentários, globais e específicos para pessoal, equipamento e obras; alertei esta Casa de que se estava criando uma super-Secretaria no Paraná, que fugia ao controle do Tribunal de Contas e desta própria Casa. E aqui está toda a maroteza neste Orçamento da manobra governamental. O próprio Órgão de arrecadação, que será na ordem de quase 200 milhões, se levarmos em conta apenas o crescimento vegetativo da Receita, que nos indica, hoje; que tínhamos razão naquela oportunidade, porque o Governo já está a priori autorizado a suplementar os Orçamentos do Estado. Vamos responder que todos os Governos usaram o mesmo decreto 200 e o que lhe faculta a Lei n.º 4320. Realmente todos usam, porque é uma disposição legal, apenas os outros Governos não buscaram a verdade orçamentária, estimaram a Receita mais ou menos dentro daquilo que o Estado vem produzindo em matéria de arrecadação, não usaram a malandragem de subestimar a Receita, para depois ter uma suplementação que fugia ao controle desta Casa. Mas como já disse a V. Exa., não vou mais me prender a esta matéria, que estou em condições de discutí-la por 2 ou 3 dias, ou 2 ou 3 meses, porque felizmente, para todo o Paraná, o Governo anterior caiu.

Somente agradeço o aparte a V. Exa., de me proporcionar oportunidade de dizer que não acredito na verdade orçamentária de Haroldo Leon Peres, não acredito porque no seu bôjo está uma manobra para fugir à responsabilidade de fiscalização perante esta Casa e perante o Tribunal de Contas.

Muito obrigado a V. Exa..

O SR. NIVALDO KRÜGER — O ponto de vista do Deputado Erondy Silvério é respeitável. Para nós, do Partido de oposição, ouvir uma afirmação desta natureza, de um homem integrado na ARENA, é de suma importância. Esta opinião de V. Exa. há de pesar, e há de fazer com que se reflita profundamente sobre estas coisas.

Entretanto, quero ainda lembrar, deixar patente, a necessidade de uma transformação no processo orçamentário do Estado do Paraná. O Orçamento Pluri-Anual de Investimentos, prevê para o ano de 72, como disse, 1 milhão 270; Para 73, 1 milhão 630; para 74, 1 milhão 730, num total de 4 milhões

691 mil cruzeiros. Estes investimentos correspondem a um percentual que não encontro aqui no momento, pediria portanto ao deputado Borsari Neto, que é o relator da Comissão, que me desse, que me acudisse no percentual em relação ao Orçamento geral do Estado, percentual para os investimentos.

O Sr. Borsari Neto — Agradeço em primeiro lugar este aparte que V. Exa. me concede, e quero aproveitar a oportunidade para também agradecer as referências elogiosas que V. Exa. fez à nossa pessoa no início do seu pronunciamento.

Quero também dizer, que a nossa Comissão da Orçamento teve o cuidado todo especial em se assessorar da melhor maneira possível para preparar este parecer e, inclusive, examinar detidamente, a Proposta Orçamentária que foi encaminhada pelo Poder Executivo a esta Casa.

Além do assessoramento do Poder Legislativo, teve também a Comissão, na companhia da Liderança da Maioria nesta Casa, a oportunidade de manter diversas reuniões, com elementos da Secretaria da Fazenda do Estado, para lá obter todos os dados necessários para que o parecer fôsse emitido com isenção completa de âmbito, para que realmente ele representasse a verdade contida no orçamento. E além disso...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Permita-me V. Exa. abordar este assunto de uma maneira como se houvesse eu levantado suspeição, a respeito do espírito desta isenção. Reconheço, ilustre Deputado, esta isenção, e acho que o trabalho foi realizado, digo aqui da Tribuna publicamente, foi realizado com critério com competência, tendo em vista o que V. Exa. acaba de afirmar. E foi por isso, que eu lhe agradeço...

O Sr. Borsari Neto — ...mas eu tenho a dizer à Casa, que estranho e muito, que após a distribuição dos avulsos, quando a Comissão concedeu um prazo regimental de dez dias, de 11 a 20 de outubro para que fôsem apresentadas emendas, e isto não ocorreu, e só agora em 3.ª Discussão que está pronta a Redação Final, não é um momento oportuno para se divergir do Orçamento.

Agora, em relação à consulta que V. Exa. fez, encontra-se aqui, na segunda página do parecer aonde citamos a taxa de crescimento de 39,4% sobre a reestimativa do atual exercício financeiro.

O SR. NIVALDO KRÜGER — E não sobre o orçado, porque sobre o orçado anterior a diferença é apenas de 20%, portanto inferior à própria inflação.

O Sr. Borsari Neto — Haja visto que pela própria proposta encaminhada pelos técnicos a que nos referimos, houve uma reestimativa do Orçamento atual, aonde se verifica que de 1.454, passou para 1.208.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Daí porque, V. Exa. cita a realidade orçamentária.

O Sr. Borsari Neto — Exatamente.

Destaco também que, naquela oportunidade, esta própria Casa de Leis já fôra alertada, de que não haveria talvez condições de ser atingido o que lá estava previsto. O ilustre Deputado Jorge Sato, relator da Proposta Orçamentária anterior, cita isto no parecer, alertando inclusive a esta Casa, de que haveria o perigo de não ser atingido aquela receita prevista.

Agradeço a oportunidade que V. Exa. me concedeu, e quero mais uma vez reafirmar, de que este parecer foi feito dentro dos melhores propósitos, sem isenção de ânimo, e sem o desejo de procurar agradar a quer quer que seja, baseado única e exclusivamente em dados técnicos, fornecidos por renomados homens que labutam e trabalham neste setor. Obrigado a V. Exa.

O Sr. Erondy Silvério — Lamento ter que interromper V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Erondy Silvério — Obrigado. Mas apenas não quis levar para casa, uma inverdade que disse hoje aqui nesta Assembléia, o nobre Deputado Borsari Neto, que foi o Relator da matéria.

Ele estranha, que após encerrado o prazo aberto pela Mesa, para a apresentação de Emendas à Proposta Orçamentária, ninguém houvesse se manifestado durante o prazo.

E que, somente após o prazo, é que se viesse contestar a estimativa de receita feita pelo Poder Executivo. Nós fizemos esta contestação a título ilustrativo, para mostrarmos a toda a Casa, a todo o Paraná, que nós não somos burros, não engulimos o que vem do Palácio Iguazu, sem tempêro, pois só por isso que nós mostramos que o Governo não admitiu nem a desvalorização da moeda nem o crescimento vegetativo da receita, quando todos sabemos que o próprio Conselho Nacional de Economia sabe que os índices inflacionários, apesar da luta titânica do Governo Federal, tem sido na base de 20%. De modo que não engulimos nada sem tempêro. Se não apresentamos emenda, nobre Deputado, o Líder do Governo anterior nesta Casa sabe por que, a Casa inteira não apresentou emenda ao Orçamento, ou será necessário que diga aqui para todo o povo do Paraná porque não apresentamos emenda? Prefiro silenciar, mas se fôr preciso, eu direi aqui. Nenhum Deputado apresentou emenda ao Orçamento Estadual. Dei este aparte para que o Deputado Borsari Neto não venha me atirar carapuça em Plenário. Agradeço a V. Exa..

O SR. NIVALDO KRUGER — A minha intenção não foi provocar polêmica entre Deputados. Quero concluir e sei que o assunto é de tamanha importância que não passará. Não é justo que uma Proposta Orçamentária passasse na Assembleia sem um comentário. E o que vim fazer. Não vim me opor, porque não me opus à primeira Proposta enviada pelo Governo que estava procurando se firmar e a Bancada de Oposição já S. Exa. fazia um apêlo da realidade orçamentária. Houve por bem, entre outras razões, uma delas conceder ao Governo o que o mesmo pleiteava, aquilo que ele queria, para depois termos autoridade suficiente não só para cobrarmos do Governo a aplicação do que ele mesmo propunha e seu programa, já que outro não existia, mas também fiscalizarmos como determinado ficou em nossa Comissão, a permanência efetiva e vigência dos trabalhos durante o exercício de 72, para mensalmente a Comissão de Orçamento e de Tomada de Contas levantarem os dados da aplicação dos recursos com base no Orçamento que o Governo solicitou. De nossa parte, de parte da Bancada da oposição, tivemos a idéia construtiva de dar ao Governo a Proposta Orçamentária que solicitava.

Agora gostaria de esclarecer aos Srs. Deputados que a minha posição é coerente com a posição tomada na Comissão. Divirjo da orientação do Estado do Paraná. Não é deste ou daquele Governo, mas do Estado do Paraná. A ausência de uma filosofia de Governo um pouco mais profunda.

O assunto já está em fase final de apreciação, mas vamos ilustrar rapidamente.

Temos aqui seis Secretarias, entre elas Defesa e Segurança, Bem Estar Social, que dizem respeito ao bem estar da pessoa diretamente. Recursos Naturais Agro Pecuários, Saúde, Serviços Urbanos, Indústria e Comércio. Estas seis Secretarias levam apenas, no Orçamento Geral do Estado, 22%.

A Secretaria de Saúde, por exemplo, que cuida da saúde do povo, tem 16% e a Secretaria de Bem Estar Social, 7%.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRUGER — Já concederei o aparte a V. Exa.

Secretaria de Indústria e Comércio com 0,19%, uma insignificância.

Há um desequilíbrio na vida financeira do Estado do Paraná. Setores que produzem a grande receita do Estado, levam uma mínima participação. Há um esaurimento de fontes, sem que se retribua a estas fontes condições de multiplicação de suas riquezas.

Este ponto de vista queria consignar no momento em que se vota e aprova-se pela última vez. Votaremos a favor desta Proposta Orçamentária, com a ressalva que fizemos desde o início, antes de entrar em discussão, desta

Tribuna, depois na Comissão da qual temos a honra de fazer parte com ilustres Deputados da ARENA, e agora, neste momento, na esperança de que, no ano que vem, nós Deputados, especialmente os que têm influência na área do Governo, possamos fazer com que os Governantes do Estado do Paraná alterem este quadro para que a indigência em alguns setores, não proporcione excesso em outros setores. Para que não haja atrofia em alguns campos fundamentais da vida social, econômica e administrativa do Estado e hipertrofia em outros órgãos, propiciando o esbanjamento, o gasto exagerado em alguns setores e a ausência de recursos em outros.

Conheço a situação da agricultura paranaense, por exemplo, onde existe um órgão de pesquisa. Não aceito que uma Secretaria de Agricultura tenha recursos inferiores aos juros que o Estado paga, quando é da Agricultura que provêm os grandes recursos do Estado.

No Sudoeste do Paraná, uma das zonas altamente produtivas, não temos uma estação de pesquisa e experimento. As sementes ali utilizadas, pela ausência da pesquisa que se adapte à ecologia regional, da pesquisa que propicie ao produtor da região, sementes e desenvolvimento capazes de dar a esse campo uma dinâmica de acordo com o tempo. Nós ainda estamos subordinados e sujeitos à aplicação de sementes oriundas do Rio Grande do Sul, cujas sementes algumas vezes já foram condenadas, da Tribuna, por outros Deputados, quer do MDB, quer da ARENA.

Portanto, com base nisto, vejam os Srs. Deputados que esta argumentação não é sem base, tem ela o destino, o endereço de dar, ao Paraná, condições melhores de desenvolvimento.

Se era este o programa do ex-Governador, ou melhor, se estava nas suas intenções desenvolver a industrialização do Estado, e quem não sabe que é necessário, urgentemente, desenvolvermos a industrialização do Paraná, como faria isto se o Orçamento contradiz as afirmações governamentais, se o Orçamento, neste campo da industrialização, consta com apenas 0,19 por cento?

Como poderia o Estado do Paraná desenvolver a industrialização, se no órgão especificamente criado para o desenvolvimento deste campo não tem recursos? Como se desenvolverá a pesquisa? Porque jamais teremos desenvolvimento industrial no Paraná sem um trabalho profundo de pesquisa e levantamento das possibilidades econômicas, físicas e humanas, nas mais diversas áreas do Estado do Paraná.

Sabemos que regiões estão se depauperando, estão se enfraquecendo, estão enfrentando crises gravíssimas, sabemos disso. Entretanto, não dotamos recursos específicos para este campo.

No ano que vem, com a experiência deste ano, nós poderemos, em conjunto, alterar este quadro, tendo em vista o engrandecimento econômico do Paraná.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, já que V. Exa. falou aí da não apresentação de emenda ao Orçamento, que estamos votando hoje, pela última vez, fariamos uma indagação: Sabe V. Exa. se de um entendimento que teria havido com o então governador Haroldo Leon Peres e a Bancada do Governo, com relação ao Orçamento que estamos votando hoje? a nossa indagação, Deputado Nivaldo Krüger, é se este Orçamento que estamos votando preenche todos os desejos do novo Governador Parigot de Souza? Porque, evidentemente, na fase que ele entrou para votação, já se sabia da renúncia do Sr. Haroldo Leon Peres. E não sabemos se houve algum entendimento do atual Governador com relação ao Orçamento que estamos apreciando, e também se S. Exa. teria tido algum entendimento com a Liderança do Governo?

Não sei se V. Exa. estará em condições de me responder.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Ilustre Deputado, creio que o que está contido neste Orçamento é do conhecimento do atual Governador que estava

com seu Gabinete montado no Palácio Iguazu, eles pertencem ao mesmo Partido, e viviam entrosados na mesma política. Certamente, este Orçamento sofrerá algumas correções, no futuro, correções que poderão ser feitas por esta Assembléa; se para isso houver necessidade, a Bancada da Oposição dará seu apoio, tendo em vista o bom encaminhamento da vida administrativa e financeira do Estado, caso o Governador atual necessite corrigir alguns dos rumos e metas aqui propostas dentro da lei, dentro dos prazos regimentais, nós concorreremos para que se faça essa alteração, dando ao novo Governo aquilo que era intenção nossa dar no passado, condições ideais para administrar bem o Estado do Paraná.

Agora, para finalizar, quero ainda ressaltar, srs. Deputados, um aspecto de um pronunciamento meu nesta Casa, ao qual dei alguma ênfase. Ontem, tivemos um exemplo que ilustra magnificamente o que vou dizer agora. Assistimos o povo, e é natural que o povo venha presenciar, prestigiar um acontecimento que se repete de quando em quando, qual seja a posse do Governador do Estado. Não tivemos condições de acomodar o povo que aqui se encontrava, autoridades voltaram da porta desse Plenário desgostosas, homens que deveriam estar sentados aqui, autoridades vindas do Interior não puderam ingressar neste recinto por ser ele muito acanhado.

As verbas da Assembléa ainda não foram liberadas. O tratamento dado pelo Executivo a este Poder é humilhante, porque temos consignado no Orçamento Plurianual de Investimentos, dois milhões de cruzeiros novos para concluir o prédio onde a Assembléa deve funcionar condignamente.

Os Srs. Deputados sabem perfeitamente disso, estão apinhados, mal acomodados, em salas improvisadas. Não temos condições de fazer com que a Assembléa do Paraná funcione como deveria funcionar. Em acontecimentos como o de ontem, a Mesa fica numa situação crítica, as lideranças numa situação ultra difícil, pois autoridades que mereciam ter aqui assento condigno, ficam penduradas pela parede, nos corredores e o povo se acotovelando, sem poder presenciar atos de grande importância.

Então, Sr. Presidente, faço um apêlo à Mesa com o prestígio que ela tem, no sentido de que sejam liberadas pelo Executivo, as verbas da Assembléa. Esse dinheiro não pertence a outro, é Lei, ou o Executivo cumpre a Lei, ou fecharemos a Assembléa e no fim do ano, mandaremos um bilhete qualquer dizendo que o Governo pode gastar as quantias x, y e z, porque não se cumpre o que determina a lei, liberando os recursos que foram destinados especificamente ao Legislativo, o que podemos esperar do Executivo na aplicação do Orçamento Geral do Estado?

Não faço críticas a este ou aquele Governo, quero apenas ressaltar esse aspecto, porque quando fui ao Rio Grande do Sul, a Santa Catarina, e outros Estados...

**O SR. PRESIDENTE** — Interrompo o discurso de V. Exa. para designar uma Comissão, composta de 5 Srs. Deputados, Ivo Tomazoni, Gilberto Carvalho, Erondy Silvério, Arizone Araújo e Muggiati Filho, para recepcionarem o Sr. Governador na entrada do Palácio 19 de Dezembro.

**O SR. NIVALDO KRUGER** — Concluindo, temos visita importante na Casa, todos os Srs. Deputados certamente gostarão de cumprimentar o Sr. Governador do Estado, que tem a gentileza, no seu 1.º dia — bons auspícios, Srs. Deputados — de sua gestão, de vir visitar o Poder Legislativo do Paraná.

O apêlo que faço é que esses recursos que são da Assembléa, sejam creditados na conta da Assembléa, para que possamos concluir o prédio que está ali, se deteriorando durante tantos anos.

Façamos isso tendo em vista o desenvolvimento e as atividades deste Poder.

Assim, Sr. Presidente, concluo minhas palavras, agradecendo os apartes com que me honraram os Srs. Deputados e atenção dos demais presentes. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 227.71. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 228.71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 28.71, encaminhando Proposta Orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1972. Com parecer da Comissão de Orçamento e Emendas. — **Aprovado projeto e emenda.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 244.71, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 28.71, encaminhando anteprojeto de Lei que trata da criação do "Fundo de Reequipamento do Trânsito" — FUNRESTRAN" e dá outras providências. Sem parecer. Com emenda de Plenário em regime de urgência. — **Aprovado projeto e emenda.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 245.71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 36.71, encaminhando anteprojeto de Lei que doa à Sociedade Rural do Norte do Paraná, o Imóvel constituído de parte do lote n.º 107-B, da Gleba Cambé, do Município de Londrina, com área de 78.282,00 m2, e de propriedade do Estado. Sem parecer. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 246.71 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 38.71, solicitando autorização de fiança do Poder Executivo, em empréstimos do Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A. — ou Banco do Estado do Paraná S. A., com o Banco Nacional de Habitação, na execução de obras que especifica. Sem parecer. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 258.71, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que acresce ao artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 9.8.71, o parágrafo que especifica. Parecer favorável da C.C.J.

Sobre o mesmo há um requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, pedindo a sua retirada da Ordem do Dia por 2 sessões. Em discussão o requerimento. Em votação. **Aprovado.** Está adiada a votação do Projeto de Lei n.º 258.71, por duas sessões.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155.71, de autoria do Dep. Bor-sari Neto, que declara de Utilidade Pública o "Serviço de Obras Sociais de Sertanópolis". Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124.70, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial Estadual "Amanda Carneiro de Mello", da cidade de Castro. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 124.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial Estadual "Amanda Carneiro de Mello", da cidade de Castro, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de junho de 1970

(a) Dep. Igo Iwant Losso

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial "Amanda Carneiro de Mello", da cidade de Castro, possui personalidade jurídica própria e todos os membros da Diretoria, desempenham suas funções honorificamente, em prol do bem comum da coletividade.

A Associação foi declarada de Utilidade Pública Municipal, pelos relevantes serviços prestados a comunidade castrense, o que por si só, justifica, ria plenamente a ampliação deste reconhecimento.

Fundada pela emérita Professora Idalina Bueno Magalhães, depois dirigida pelo atual Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Antip Moroz, está agora sob a liderança do Meretíssimo Juiz de Direito da Cidade, o que bem demonstra à Associação, o seu alto gabarito de trabalho e direção.

Assim, espero haja a devida aprovação por parte dos nobres Pares.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI N.º 124-70

AUTOR: — Dep. Igo Iwant Losso.

SÚMULA: — “Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mes-  
tres da Escola Normal Colegial Estadual “Amanda Carneiro de Mello”,  
com sede na Cidade de Castro”.

### PARECER

1) — O Projeto em tela vem articulado e justificado, atendendo ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Solicitamos, através do requerimento de fôlhas, na qualidade de Relator, fossem anexados ao processo o Estatuto Social da Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, bem como a certidão necessária do respectivo cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, no que fomos atendidos.

Assim, pois, temos agora condições de nos manifestar sobre a matéria.

3) — A referida Associação acha-se em funcionamento há mais de dois (2) anos; presta, realmente, serviço de forma desinteressada à coletividade; seus dirigentes não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração; e, finalmente, tem seu estatuto regularmente registrado no cartório competente.

Por outro lado, dita Proposição não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto à sua oportunidade, conveni-  
ce-nos a justificativa de seu ilustre Autor.

4) — Assim, e em face das considerações expendidas, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Emílio Carazzai — Muggiati Filho — Cândido Martins de Oliveira — Arnando Queiroz

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 246-71 e 244-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel constante do Expediente solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 159-67. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, lido na Tribuna, solicitando voto de louvor à Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro dos Transportes encarecendo novamente a premente necessidade e conveniência na Rodoviária “Contorno Sul de Curitiba”. — **Aprovado.**

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando seja encaminhado Expediente aos Srs. Ministro da Justiça, ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, ao Sr. Presidente da República ao Sr. Comandante da 5.ª Região Militar, pela posse no cargo de Governador do Estado do Paraná do Professor Pedro Parigot de Souza. — **Aprovado.**



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado pedindo urgentes providências a fim de socorrer o Município de Mamborê. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 25, quinta feira, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155.71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124.71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 266.70 — 95.71 — 129.71 — 131.71 — 203.71 — 32.71.

A Presidência anuncia ainda a Ordem do Dia para a Sessão de sexta feira.

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Lei n.ºs 102.69 — 19.71 — 26.71 — 47.71 — 105.71 — 121.71 — 168.71 — 172.71 — 173.71 e 233.71.

Esta Presidência convida a todos os Srs. Deputados, para recepcionarem S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que se encontra no Salão Nobre da Presidência da Casa.

Levanta-se a Sessão.